

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.616.913 - SP (2016/0198005-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : BOMBRIL S/A
ADVOGADOS : GILSON JOSE RASADOR - SP129811A
SANDRO MARCIO DE SOUZA CRIVELARO E OUTRO(S) - SP239936
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : ORNIEUX S/A

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BOMBRIL S/A, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO LEGAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - BASE DE CÁLCULO FIXADA (NO) TÍTULO JUDICIAL - MONTANTE DA CONDENAÇÃO - INALTERÁVEL EM EXECUÇÃO - DEPÓSITO JUDICIAL EM CAUTELAR - NATUREZA DIVERSA DE PAGAMENTO DE TRIBUTO.

I - A sentença fixou como base de cálculo dos honorários advocatícios o montante da condenação.

II - A base de cálculo da verba honorária está sob a égide da coisa julgada, não podendo ser alterada em sede executória.

III - Por não terem natureza de pagamento do tributo, o montante dos depósitos judiciais efetuados na cautelar não podem ser incluídos na base de cálculo dos honorários advocatícios.

IV - A ação cautelar e a ordinária têm naturezas e finalidades distintas e não se confundem. Da mesma forma seus objetos.

V - Agravo legal parcialmente provido" (fl. 236e).

Embargos de Declaração parcialmente acolhidos (fls. 250/257e), para correção de erro material e eliminação de contradição.

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de dissenso pretoriano e ofensa aos arts. 20, § 3º, 475-B, 467 e 535, II, do CPC/73.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"(...) o v. acórdão recorrido, integrado pela r. decisão proferida em embargos de declaração, reconheceu que o montante dos depósitos

Superior Tribunal de Justiça

judiciais efetuados na medida cautelar não poderiam estar incluídos na base de cálculo dos honorários advocatícios, por não terem natureza de pagamento do tributo. Todavia, a interpretação adotada pelo Tribunal *a quo* está totalmente equivocada.

Isso porque, a r. sentença proferida na ação ordinária nº 89.0043166-8, já transitada em julgado, condenou o INSS ao pagamento dos honorários incidentes sobre o valor da condenação, nos seguintes termos:

(...)

Como se pode notar, a r. sentença acima transcrita determinou o valor da condenação como base para o cálculo dos honorários. Assim sendo, há que se levar em consideração exatamente o conteúdo econômico daquela demanda, que no presente caso representa também o valor do tributo depositado em Juízo, razão pela qual a fixação da verba honorária deve obedecer aos ditames do artigo 20 do CPC.

De fato, para resolução da lide é necessário que haja uma interpretação do que a Recorrida foi condenada. *In casu*, o INSS (União) foi condenado a devolver o tributo pago indevidamente e também foi condenado a não exigir o valor do imposto depositado em juízo, face a inconstitucionalidade da exação. É óbvio que a pretensão econômica envolvida nestes autos não corresponde somente ao valor do tributo pago indevidamente, mas também daquela quantia que a Recorrida deixou de receber, mas que estavam garantidos por depósito judicial.

Nessa toada, o item 1.4.2 do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução CJF nº 561/2007 disciplina acerca dos honorários fixados sobre o valor da condenação:

(...)

Em outras palavras, os honorários advocatícios arbitrados sobre o valor da condenação representa o percentual fixado pela sentença sobre o valor total dos tributos objeto da discussão, com a devida atualização monetária.

(...)

Dessa forma, é evidente que os valores depositados judicialmente fazem parte do objeto da discussão judicial, integrando a sua essência, na medida em que a Recorrente foi vitoriosa em ambas as ações judiciais, tanto na ordinária como na cautelar, devendo ser englobados os valores pagos indevidamente como também os valores depositados no cálculo da verba honorária, garantindo assim à parte vitoriosa o

direito à restituição integral.

Ao desconsiderar o acima exposto, o v. acórdão atacado está contrariando a coisa julgada, em evidente agressão ao artigo 467 do CPC, na medida em que não considera como condenação parte relevante da discussão judicial, somente porque tal parcela foi depositada judicialmente ao invés de ter sido recolhida ao INSS (União Federal).

De fato, o depósito judicial é uma faculdade da parte, que além de suspender a exigibilidade do crédito, nos termos previstos no artigo 151 do Código Tributário Nacional, assegura à ora Recorrente o direito de contestar e discutir o débito exigido em litígio, sem poder sofrer qualquer ação executiva.

Não é demais enfatizar que, caso a União Federal fosse vitoriosa no presente pleito, os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a seu favor, nos termos do artigo 156, inciso VI, do CTN. Por outro lado, caso a Recorrente fosse vencedora da demanda – o que efetivamente ocorreu – tais valores seriam levantados, após o trânsito em julgado da ação, sem ter que se sujeitar ao pagamento de precatório judicial.

Ora, não admitir que os valores depositados judicialmente façam parte da lide, integrando a coisa julgada para fins de pagamento de honorários sucumbenciais é o mesmo que deixar de condenar integralmente a parte vencida em sucumbência quando a totalidade dos valores discutidos estejam garantidos por depósito judicial.

Caso a Recorrente não tivesse optado pela realização do depósito judicial, mas tivesse recolhido os valores tido como indevidos, por óbvio, que o INSS teria sido condenado a restituir por inteiro esses valores, por meio dos odiosos precatórios.

Por isso, a ora Recorrente ao executar a sentença, conforme estabelece o artigo 475-B do CPC, englobou, na base de cálculo da verba honorária, parte dos valores da contribuição previdenciária recolhidos indevidamente pela Recorrente, além do montante do tributo depositado em Juízo na ação cautelar e apensa à ação ordinária (principal), já que os montantes depositados são exatamente os valores do tributo discutidos na ação de conhecimento.

Logo, o v. acórdão recorrido, integrado a decisão proferida em embargos de declaração, ao deixar de incluir os depósitos judiciais na conta de liquidação dos honorários, desrespeitou não só o parágrafo 3º do art. 20 do CPC, mas também o artigo 475-B do CPC, bem como a coisa julgada, prevista no artigo 467 do CPC.

Assim, a condenação do INSS limitados somente aos recolhimentos

Superior Tribunal de Justiça

indevidos não corresponde a remuneração justa dos causídicos da ora Recorrente, razão pela qual merece ser reformado, nessa parte, o v. acórdão atacado" (fls. 267/271e).

Aduz, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão.

Requer, por fim, "seja o seu Recurso Especial recebido e conhecido, nos termos das alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional, bem como integralmente provido, a fim de que a verba honorária seja fixada com base no valor integral do tributo indevido aqui discutido, ou seja, com a inclusão dos recolhimentos indevidos, bem como os depósitos judiciais efetuados na medida cautelar (apenso à ação principal), conforme a mansa e pacífica jurisprudência dos E. Tribunais Pátrios" (fl. 275e).

Contrarrazões às fls. 335/337e.

Recurso Especial admitido (fls. 345/346e).

O presente recurso não merece prosperar.

Impossível conhecer da alegação de omissão, do acórdão recorrido.

Com efeito, deixou a parte recorrente de indicar, na própria petição do seu Especial, no que consistiria, exatamente, essa suposta omissão, não sendo suficiente a mera afirmação genérica da necessidade de análise, pelo julgado, de determinados dispositivos legais. De aplicar, no ponto, por analogia, a Súmula 284/STF.

No mais, bem entendida, a questão de fundo, objeto da presente análise, versa sobre a ocorrência, ou não, de violação à coisa julgada.

Descabido o acerto da matéria, neste via recursal.

É que tal investigação demandaria, necessariamente, o revolvimento de matéria factual, providência expressamente vedada pela Súmula 7/STJ.

Nessa linha, a jurisprudência do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. TAXA SELIC. TERMO 'A QUO'. DEVOLUÇÃO DE DIFERENÇAS DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. TÍTULO EXECUTIVO QUE CONTRARIA PRECEDENTES REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA. COISA JULGADA. AFERIÇÃO DO ACERTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.

1. Nas razões recursais a recorrente alega divergência interpretativa entre o acórdão recorrido e os paradigmas do STJ REsp nºs

1.003.955/RS e 1.028.592/RS, bem como violação aos arts. 502 e 1.036 do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que o título judicial transitado em julgado aplicou os supracitados paradigmas para resolver a lide, de modo que devem ser respeitados os termos dos referidos julgados paradigmas que possibilitaram a aplicação da Taxa SELIC somente após a vigência do Código Civil de 2002, como índice de correção monetária e juros moratórios. Assevera que entender que modo contrário implica ofensa à coisa julgada, aos arts. 1.036 e 927, III, do CPC/2015, bem como contrariedade ao item 6.3 e 7 da ementa do REsp 1.003/955/RS.

2. Da análise do acórdão recorrido, verifica-se que o termo 'a quo' da incidência da Taxa SELIC como índice de correção monetária e juros de mora não foi decidida com base em interpretação equivocada dos acórdãos paradigmas do STJ sobre o tema (REsp nºs 1.003.955/RS e 1.028.592/RS). Antes, o julgado deu enfoque específico na existência de conclusão taxativa e peremptória no título judicial transitado em julgado em sentido diverso daquele decidido nos recursos representativos da controvérsia que, em razão da estabilização da coisa julgada, não poderia ser alterada em sede de liquidação de sentença.

3. Tendo em vista que o acórdão recorrido resolveu a questão com base exclusivamente no quanto decidido no título judicial transitado em julgado, não é possível a esta Corte aferir o acerto do acórdão recorrido no ponto, uma vez que somente seria possível fazê-lo através do revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável nesta instância em razão do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.634.957/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/05/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. COMPENSAÇÃO AUTORIZADA POR DECISÃO JUDICIAL. PENDÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO PELA AUTORIDADE FISCAL. AUSÊNCIA DE EXTINÇÃO OU SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. NÃO

OCORRÊNCIA DA PERDA DE OBJETO DO 'WRIT'.
REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO.
IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973.
2. A premissa de que ocorreu a suposta perda de objeto do presente 'mandamus' em face de fato superveniente, qual seja o trânsito em julgado da ação judicial que reconheceu o direito a compensação dos valores indevidamente recolhidos, contraria o entendimento adotado no acórdão hostilizado de que na situação dos autos, ainda que reconhecido judicialmente o direito à compensação dos valores em questão, o encontro de contas deve ser efetuado pelo Fisco, cabendo ao órgão administrativo a homologação da compensação, dentro dos parâmetros da decisão transitada em julgado.
3. **A revisão do juízo realizado pelo Tribunal de origem acerca dos efeitos contemplados pela coisa julgada requer incursão na matéria fático-probatória por ele considerada, o que é vedado ao STJ nos termos de sua Súmula 7.**
4. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 857.734/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Sem honorários recursais. Acórdão publicado na vigência do CPC/73.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora